

PROGRAMA DE GOVERNO

**COLIGAÇÃO JUNTOS
VAMOS FAZER
DIFERENTE.**

**PT; PODEMOS; PC DO B;
REDE; PSB**

PREFEITO: RADIOVALDO COSTA

VICE: JOÃO HENRIQUE

ÍNDICE

1 -	
APRESENTAÇÃO.....	
..... 3	
2- OS DESAFIOS DA	
ONJUNTURA.....	
....4.	
3 - PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E	
TRANSPARÊNCIA.....	8
4 - PROPOSTAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A	
SAÚDE.....	11
5 - PROPOSTAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A	
EDUCAÇÃO.....	15
6 - PROPOSTAS PARA INFRAESTRUTURA URBANA E	
HABITAÇÃO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DRENAGEM,	
SANEAMENTO E ESGOTAMENTO	
SANITÁRIO.....	20
7 - PROPOSTA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA	
FAMILIAR	E
ECONOMIA	
SOLIDÁRIA.....	
.....24	

8 - PROPOSTAS DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DIREITOS DOS IDOSOS, DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, DIREITOS LGBTQIA+.....	29
9 - PROPOSTAS DE POLITICAS PUBLICAS, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ALAGOINHAS.....	35
10 - PROPOSTAS POLITICAS PUBLICAS PARA AS MULHERES.....	40
11 - PROPOSTA DE POLÍTICAS PUBLICAS PARA JUVENTUDE.....	42
12 - PROPOSTAS PARA POLITICAS PUBLICAS PARA REPARAÇÃO RACIAL E COMBATE AO RACISMO.....	46
13 - PROPOSTAS DE SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ.....	48

1 - APRESENTAÇÃO

O Brasil e o povo brasileiro vivem tempos difíceis. A imensa crise social, fiscal e econômica foi agravada pela pandemia da COVID-19 e pelo desgoverno do Bolsonaro. A retirada de direitos, o desmonte das políticas públicas, o ataque ao patrimônio público, a total ausência de programas de desenvolvimento, faz com que a queda de arrecadação e o aumento da demanda por serviços públicos cresçam cada vez

mais nos municípios brasileiros. Portanto, é fundamental assumir o compromisso de governar, com visão inovadora, pautada na gestão ética, transparente e democrática, com ampla participação popular, priorizando e cuidando dos que mais precisam.

Neste cenário, o PT, Podemos, Rede, PSB e o Pc do B, apresenta seu Programa de Governo para Alagoinhas, no período 2021-2024, com um projeto de gestão inovadora, com o olhar no presente, mas projetando ações para o seu futuro.

Nossa administração promoverá uma efetiva inversão de prioridades, comprometida com o bem-estar da população, privilegiando os investimentos sociais nas áreas de educação, saúde, assistência, saneamento básico, habitação, transporte, meio ambiente, cultura, desenvolvimento local, de forma articulada com todos os segmentos sociais e esferas de poder.

Debatemos com a população de Alagoinhas, através do Programa de Governo Participativo – PGP, as propostas para uma gestão aberta ao diálogo e à participação popular. Uma gestão atenta às reais necessidades da população e às dificuldades dos segmentos vulneráveis que estará desamparada diante da grave situação do país.

Temos plena convicção que, com o apoio da população, implantaremos as políticas públicas que formulamos e defendemos, em pleitos eleitorais recentes, pois a população de Alagoinhas conhece o legado do PT na cidade. A partir da evolução e ampliação dessas propostas e do desenvolvimento de novos projetos, apresentamos as diretrizes e compromissos que assumimos com o nosso povo.

2 - OS DESAFIOS DA CONJUNTURA.

A campanha eleitoral municipal em 2020 será realizada em uma conjuntura na qual os danos da política ultraliberal desenvolvida no país desde 2016, vêm provocando desmontes e retrocessos nas políticas sociais, nos direitos previdenciários e trabalhistas, privatizações e cortes provocados pela Emenda Constitucional 95/2016, mais conhecida como a PEC da Morte, por reduzir gastos em áreas essenciais e congelar os gastos públicos por nada menos que 20 anos.

O Brasil vive uma crise sem precedentes na história. Esta crise – sanitária, social, econômica, política, ambiental e cultural – está entrelaçada a uma crise mundial, gera insegurança, medo, descrença e pessimismo na sociedade.

Após anos de estabilidade democrática, em um curto período da história brasileiro inúmeros direitos foram cassados, violados e massacrados, com diversos casos de violência incentivados pelo discurso de ódio. O país andou para trás na renda do povo, na saúde, na educação, na defesa do meio ambiente e na liberdade.

O desemprego está nas alturas e quase 90% das ocupações criadas são informais, segundo o IBGE. A taxa de trabalhadores sem registro, sem direitos e proteção social já ultrapassa 40% - sem falar dos desalentados que nenhuma ocupação.

São estes que sofrem com o aumento dos combustíveis e do gás de cozinha e do abusivo preço dos alimentos. O desmatamento aumentou 83%, com incentivo de um governo que arruinou nossa imagem junto aos ambientalistas e à comunidade internacional. Líderes indígenas e sindicalistas foram assassinados; professores e artistas, perseguidos; e mulheres, pessoas negras e LGBTQI+s sofrem diariamente violência e são assassinadas, tudo isso com total aval do governo federal.

No centro desses retrocessos está a imposição de um modelo concentrador de riqueza e renda excludente, que propõe o desmonte do Estado - não só por meio da privatização selvagem de empresas como a Petrobras que já vem sendo desmontada e das riquezas como o pré-sal, mas pela destruição dos instrumentos de construção da soberania nacional, como os bancos públicos e o fomento à ciência e tecnologia.

Vivemos tempos sombrios, com ações potencializadas por um governo que ataca os direitos humanos, os direitos sociais, o meio ambiente e a soberania. Os desdobramentos da pandemia, que com a política genocida do governo levou mais de 129.667 mil brasileiros e brasileiras a morrerem de Covid-19, somente agravaram tudo o que já vinha sucedendo no país, desde o golpe de 2016, que retirou a Presidente Dilma Rousseff do poder.

Associada à crise existente e tendo como principais protagonistas segmentos conservadores da sociedade, nos últimos tempos presenciamos o avanço de grupos portadores de visões retrógradas e excludentes no cenário político brasileiro, seja no aprofundamento do comportamento antipolítico, seja no discurso de ódio a trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais, bem como o constrangimento aos que pensam diferente de sua linha ideológica.

Mas, por outro lado, apesar do clima de intimidação, agressão e violência que estes setores buscam criar, vislumbramos a mobilização dos mais diversos grupos de defensores da democracia, mostrando a força dos que resistem aos retrocessos de um governo ditatorial instalado em nosso país.

Por isso mesmo, além de se unir ao clamor popular em defesa da soberania do voto, nossa campanha enfrentará o pleito municipal como mais uma etapa na luta pela preservação da legalidade democrática e das conquistas sociais no Brasil, adquiridas mais

fortemente ao longo de 13 anos dos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff.

Na Bahia, resistimos com nosso Governador Rui Costa que faz um governo de destaque no enfrentamento da pandemia do COVID19 e na alavancagem de desenvolvimento do Estado nas suas varias áreas de atuação.

No presente Plano de Governo, estes objetivos se traduzem em uma proposta progressista, democrática e popular que busca reafirmar os direitos de uma cidade de Alagoinhas, onde as pessoas exerçam plenamente sua cidadania, que seja justa, fraterna e solidária.

Nesse contexto, nosso desafio, em âmbito municipal, será reafirmar os princípios norteadores que nossos governos promoveram na esfera nacional e estadual, gerando e garantindo novos direitos, como: o caráter público do SUS; a educação pública, gratuita, de qualidade, laica e livre de censuras; as políticas sociais como instrumentos de combate à miséria, à pobreza e à desigualdade; o Estado como promotor das igualdades de gênero, etnia, etária e orientação sexual; a transparência na gestão pública; a participação política como elemento de decisão pública, dentre outros.

Por isso mesmo, nos orgulhamos das políticas públicas implantadas nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, em nível nacional de Jaques Wagner e Rui Costa aqui na Bahia, que estão presentes aqui em Alagoinhas. Programas e investimentos desenvolvidos, tais como: elevação do salário mínimo, o programa Bolsa Família, o Luz para Todos, o Minha Casa, Minha Vida, o Programa de Cisternas brasileiro – reconhecido pela ONU como uma das melhores políticas públicas do mundo. O programa Brasil sem Miséria, o de Acesso ao Ensino Técnico e emprego (PRONATEC), o da Universidade para todos - (PROUNI), a criação da Farmácia Popular, o Piso Nacional de Educação, o combate ao trabalho escravo, o SAMU, a

construção de UPAS e a implementação do programa Mais Médico, o apoio à agricultura familiar, entre outros.

Todas essas conquistas deram origem a um desenvolvimento que possibilitou a redução da pobreza, da desigualdade e a melhoras significativas na distribuição da renda familiar.

Infelizmente, a atual gestão municipal não deu prioridade às ações voltadas a melhorar as condições de vida da população, por uma série de incompetências administrativa, deixando. A cidade não conhece o planejamento da atual gestão, pois, a execução de obras foi um festival de trapalhadas nas obras do município. Lembremos-nos do concurso publico fraudado pela atual gestão.

Por isso mesmo, é visível em nosso município os descuidos com a saúde, especialmente a atenção básica; a piora nos indicadores educacionais; o sucateamento do transporte público; a central de abastecimento completamente desestruturada e destruída, a falta de transparência e participação popular nas decisões de governo. Trata-se, de um modelo administrativo no qual cada força política que compõe o governo manda em cada secretaria que ocupa. O atual prefeito perdeu apoio do deputado Federal do DEM, que agora apoia o seu inimigo anterior. Ou seja, o que importa é o poder não importa como se conseguir.

Diferentemente do desprezo aos mais pobres demonstrado pelos governantes atuais, as gestões petistas sempre tiveram como foco principal diminuir o abismo existente entre privilegiados e excluídos e a defesa da vida e da dignidade dos que mais precisam.

O povo de Alagoinhas merece um governo que tenha capacidade de enfrentar os duros desafios dos tempos atuais e que aja no interesse da maioria da população. Para isso, a candidatura de RADIOVALDO COSTA como prefeito e JOÃO HENRIQUE como vice-prefeito, na coligação JUNTOS PARA FAZER DIFERENTE se apresenta para debater publicamente as diretrizes de um Programa de Governo

através do Programa de Governo Participativo, na construção de uma cidade socialmente justa, que aprofunde a democracia e a participação popular e que enfrente os problemas urbanos e rurais do município.

3 - PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E TRANSPARÊNCIA

Nosso Programa de Governo considera fundamental compartilhar o exercício do governo com a população. A realização desta concepção de governo é a maneira mais concreta de construir a prática da cidadania ativa e de aprofundar a cultura democrática no plano municipal.

Essa concepção torna-se ainda mais importante tendo em vista os ataques que a democracia do nosso país tem sofrido por parte de lideranças autoritárias, que defendem retrocessos inaceitáveis nas políticas sociais, nos direitos humanos, previdenciários e trabalhistas. A extinção de Conselhos Participativos ligados às políticas públicas, em decreto de abril de 2019, desmontou os canais de participação da sociedade e dificultou ainda mais a transparência e o acesso aos dados públicos.

É nesse cenário de resistência e enfrentamento, que reafirmamos a importância da participação cidadã virá acompanhada de mecanismos de controle social da gestão pública. O exercício da participação cidadã, que virá acompanhada do controle social, construirá uma esfera pública democrática, onde os diferentes interesses poderão se expressar em igualdade de condições, resultando no debate de ideias e na negociação de propostas; evitando os privilégios de poucos em detrimento dos interesses da maioria da população.

Em Alagoinhas a população há 12 anos atrás experimentou essa forma de fazer política, decidindo-se os destinos da cidade nas Assembleias do Orçamento Participativo, na área urbana e rural, com ampla participação da população alagoinhense.

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

O Orçamento Participativo (OP) será o carro-chefe da participação cidadã.

Nessa conjuntura de crise econômica o Orçamento Participativo será ainda mais importante, pois permitirá que o governo identifique com clareza as prioridades para aplicar os escassos recursos de forma mais sintonizada com as necessidades da população.

Em 2021, o Plano Plurianual, que define as prioridades para os 4 anos de governo, será elaborado de forma participativa. Essas prioridades orientarão as futuras discussões do OP.

Será constituído o Conselho do OP, com representantes eleitos, responsável por fazer o acompanhamento da execução das demandas incorporadas ao Orçamento de cada ano.

Nosso governo tem o compromisso com a participação da população na formulação, execução e monitoramento de políticas públicas específicas, como na gestão dos equipamentos públicos (escolas, unidades de saúde etc.). Assim, propomos as seguintes ações:

1. Consolidar os Conselhos Municipais e os Fóruns existentes e

criar novos, estabelecendo condições adequadas ao seu funcionamento e garantindo diversidade e legitimidade das representações do município, de moradores e das categorias em geral.

2. Estimular a participação dos diversos segmentos da cidade nos conselhos gestores de políticas públicas, com especial atenção aos usuários dos serviços e equipamentos públicos.

CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

O exercício de participação precisa garantir igualdade de condições entre os participantes e com o governo municipal. Nosso governo irá:

3. Utilizar recursos, técnicas ao alcance de todos e de metodologias que possibilitem e facilitem o entendimento, a comunicação célere e a expressão de ideias.
4. Fornecer informações apresentadas de forma clara, com recursos de visualização e outras estratégias capazes de tornar a participação do cidadão o mais fundamentada possível.
5. Realizar atividades de formação para os conselheiros sobre as políticas públicas, o funcionamento da gestão, o papel dos canais de participação, na perspectiva de fortalecer sua atuação.
6. O envolvimento da sociedade inclui também o espaço digital no OP e na ampliação dos temas a serem debatidos como, por exemplo, o tipo de uso de uma nova praça, a programação de uma festa tradicional ou a opinião sobre diferentes temas.
7. Essa prática de Governo Aberto, será importante porque, além de gerar uma cidade mais sintonizada com as expectativas da população, também estimulará o sentido de pertencimento das pessoas, propiciando o uso mais responsável dos equipamentos e serviços públicos.

4 - PROPOSTAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SAÚDE

ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

1. Fortalecer a atenção primária, especialmente no monitoramento e acompanhamento da Covid-19, de doenças crônicas e da população vulnerável: crianças, gestantes e idosos, assegurando profissionais qualificados, estruturas físicas adequadas, equipamentos, medicamentos e insumos suficientes em cada território.

2. Resignificar a atenção básica estabelecendo o cuidado a partir das necessidades e demandas do território, considerando a diversidade populacional (população quilombola, área rural, comunidades cigana);
3. Qualificar (ampliar, reformar, construir, prover insumos e equipamentos) à rede de assistência a saúde;
4. Estabelecer equipe mínima da estratégia de saúde da família com médicos, enfermeiros e cirurgião dentista;
5. Ampliar a cobertura de atenção primária à saúde no município;
6. Instituir a atenção primária como ordenadora das redes garantindo a longitudinalidade do cuidado;
7. “Garantir” a interlocução entre os diversos pontos da rede para o cuidado integral;
8. Instituir o monitoramento das ações da atenção primária na perspectiva da melhoria do acesso e qualidade dos serviços de saúde;
9. Instituir a programação da atenção básica como propulsora do cuidado;
10. Reconfigurar o Núcleo de Apoio a Saúde da Família - Atenção Básica - NASF-AB, a partir da análise territorial da saúde na lógica do apoio matricial garantindo a ampliação da clínica das equipes de saúde da família/atenção básica;

ASSITÊNCIA FARMACÊUTICA

11. Instituir o Núcleo de Assistência Farmacêutica Municipal tendo o uso racional de medicamentos como eixo estruturante;
12. Fortalecer as ações de Assistência Farmacêutica nos três níveis de atenção para garantir o acesso e seu uso racional.
13. Assegurar a estruturação de equipamentos para a dispensação do componente especializado da assistência farmacêutica no território municipal;

14. Instituir a assistência farmacêutica como ponto da rede de atenção à saúde garantindo a articulação com as diversas áreas do cuidado;

QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO EM SAÚDE

15. Reorientar e racionalizar a utilização do Fundo Municipal de Saúde, com base nas prioridades e especialmente no monitoramento e acompanhamento da Covid-19.
16. Fomentar e fortalecer os Consórcios Regionais de Saúde;
17. Monitorar a execução dos instrumentos de gestão do SUS;
18. Instituir modelo de gestão que garanta intersectorialidade na saúde;
19. Promover a modernização administrativa e assistencial da saúde;
20. Qualificar o Núcleo de Educação Permanente da Saúde;
21. Instituir o Observatório em Saúde;
22. Reorganizar a regulação e a auditoria do sistema municipal de saúde, efetivando a contratualização com prestadores, orientada para o acesso dos usuários.
23. Ampliar a captação de recursos para a rede de serviços municipais, promovendo a negociação nas instâncias gestoras do SUS.
24. Estabelecer espaço próprio para a instalação da Secretaria Municipal de Saúde;

25. Garantir insumos e equipamentos para o pleno funcionamento da saúde municipal;

26. Instituir o sistema de ouvidoria do SUS Municipal;

GESTÃO PARTICIPATIVA E CONTROLE SOCIAL

27. Ressignificar as ações do Conselho Municipal de Saúde ampliando a capilaridade das discussões do controle social no território;

28. Garantir a execução das propostas eleitas nas Conferências Municipais de Saúde;

29. Garantir a qualificação permanente dos conselheiros municipais de saúde;

30. Desenvolver um programa de Comunicação em Saúde;

PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

31. Reestruturar a Vigilância em Saúde Municipal considerando a transversalidade das ações nos serviços de saúde e nos estabelecimentos de interesse da saúde;

32. Reestruturar e qualificar as instalações da Vigilância em Saúde do Município;

33. Assegurar a implementação das estratégias de organização da Vigilância em Saúde conforme a Política Nacional de Vigilância em Saúde;

34. Garantir e respaldar autonomia das ações das vigilâncias;

ATENÇÃO ESPECIALIZADA ARTICULADA E INTEGRADA EM REDE

35. Assegurar o funcionamento do Pronto Atendimento Covid-19 (UPA-24h) enquanto perdurar a pandemia.
36. Implantar o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS AD III - Álcool e Outras Drogas;
37. Implantar o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS IA - Infância e Adolescência;
38. Qualificar o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS III;
39. Implantar a AMENT - Ambulatório de Saúde Mental - Equipe Multiprofissional;
40. Construir a Rede de Atenção Psicossocial Municipal - RAPS articuladora dos cuidados de saúde mental do território;
41. Incentivar o matriciamento junto à Atenção Básica;
42. Reestruturar e qualificar os CEOs - Centros de Especialidades Odontológicas;
43. Implantar Unidade de Alta Complexidade - UNACON;
44. Ampliar e qualificar a Policlínica municipal para garantir o acesso à atenção especializada aos usuários encaminhados pela atenção primária;
45. Construir o Hospital Materno e Infantil;
46. Qualificar e Ampliar a rede municipal de apoio e diagnóstico;
47. Qualificar o serviço de urgência e emergência do município – SAMU;

5 - PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO

1. A garantia de educação de qualidade, pública, inclusiva e democrática para todos e todas é fundamental para o exercício da liberdade e da cidadania, para o fortalecimento das relações sociais respeitadas e para prática de valores humanitários.
2. Alagoinhas nasceu como uma cidade educadora em sua essência, por isso, construiremos junto com a população alagoinhense as ações de educação priorizando os homens e mulheres do povo que ainda estão afastados das políticas públicas básicas;
3. Melhor gradativamente os índices das avaliações externa (IDEB) através de formação continuada de professores, monitoramento, estabelecimento de metas anual de dez por cento, para que no final do mandato tenhamos melhorado em quarenta por cento as nossas notas.

4. Implantação de escolas de tempo integral, firmando parceria com a iniciativa privada e o governo federal, tendo como meta dez escolas ao final de quatro anos.
5. Informatizar todo o sistema de educação municipal, através de programa de gerenciamento pedagógica, financeiro, com acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes.
6. Na perspectiva de uma educação holística, visando a formação de um homem integral, a questão cultural não pode ficar de fora, desta forma, propomos a integração dos eixos culturais aliadas ao processo ensino aprendizagem como: música, dança, teatro, artes plásticas, poesia, fotografias e cinema.
7. Readequar o Plano e a Política Municipal de Educação no sentido de inserir ações e programas que visem o atendimento ao educando e suas necessidades, como também a Implantação da escola inclusiva especializada, a escola de tempo integral e a escola fundamental II, atendendo um formato pedagógico de ensino de acordo com a especificidade de cada Comunidade (rural e urbana).
8. Assegurar nosso compromisso com a progressiva universalização do ensino fundamental, da educação infantil de 4 a 5 anos e da ampliação do atendimento em creches.
9. Assegurar o atendimento, com acesso à educação básica e ao atendimento especializado, às crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; dotando as escolas de equipamentos, estrutura física e profissionais especializados para o seu atendimento.
10. Efetivar a política municipal da Educação do Campo, construída com o protagonismo das comunidades e movimentos sociais rurais, com as Associações de Agricultores

Familiares, Cooperativas de Produção, bem como, com a União das Associações Rurais de Alagoinhas.

11. Assegurar a permanência na escola com políticas de apoio, como alimentação, transporte escolar, livros e materiais didáticos; incluindo também a articulação com as políticas de assistência social e de saúde; em especial nesse período pós-pandemia, que vai requerer ainda maior coordenação e intersetorialidade de ações.
12. Dar especial atenção à Educação de Jovens e Adultos (EJA), atendendo aqueles que não tiveram oportunidade de frequentar a escola e não concluíram a educação básica; e, sempre que possível, articulá-la à formação profissional.
13. Enfrentar os fatores que provocam a evasão escolar, especialmente as dificuldades dos estudantes do campo e dos jovens e adultos da EJA, que enfrenta a dura realidade da violência urbana, com envolvimento com as drogas e dependências químicas em geral.
14. Promover a construção, melhoria e ampliação dos espaços da rede escolar, da cidade e do campo; agregando, laboratórios, quadras poli esportivas, auditórios e pátios para realização de eventos, visando uma formação integral.
15. Assegurar a abordagem curricular relativa aos direitos humanos, à cultura da paz e à prevenção de todas as formas de violência; bem como às temáticas da diversidade e de combate a qualquer forma de discriminação; racismo, homofobia, meio ambiente, segurança, saúde, trânsito, respeito aos direitos humanos, dentre outras.
16. Promover a elaboração ou revisão do projeto pedagógico das escolas de forma coletiva e participativa. A comunidade escolar será parte fundamental na construção do conhecimento coletivo, com a fundamental participação das famílias e da

comunidade onde esta inserida, para entender e contribuir no processo de aprendizagem escolar.

17. Considerar as tecnologias de informação e as novas linguagens de comunicação, como possibilidade de aprimoramento do processo de aprendizagem, tão indispensável para a eficiência e conhecimento do aluno.
18. Estabelecer parcerias com todas as Universidades que estão sediadas e que atuam em Alagoinhas-Ba, que possam contribuir com o fortalecimento da educação e da formação para o mundo do trabalho. Necessitamos de uma relação planejada com Projetos garantidos no período mandato do atual gestor.
19. Tornar o espaço da escola disponível para atividades de esporte, cultura e lazer para a comunidade escolar e a população do seu entorno, inclusive nos fins de semana.
20. Renovar a frota de veículos escolares, garantindo o acesso à educação através de transporte diário e ininterrupto, com itinerário pré-organizado, com segurança e qualidade.
21. Construção de um Plano de Desenvolvimento que vise a implantação de um Polo Regional de Educação no município.
22. Criação de um Programa Municipal de acesso ao ensino técnico para jovens e adultos, utilizando instrumentos e parcerias importantes, como SENAI; SENAC; SESC; bem como o Pronatec;

Formação e valorização dos profissionais da educação;

Os trabalhadores e as trabalhadoras em educação são os protagonistas do processo de aprendizagem. Considerando esse

papel central, temos o compromisso com uma política permanente de valorização desses profissionais, que garanta boas condições de trabalho, formação permanente e remuneração digna.

Podemos destacar os problemas que temos hoje em Alagoinhas, frente a prova nacional do IDEB, que estamos sem atingir as notas básicas há 12 anos, desde 2009 até hoje.

Temas sobre Formação continuada de educadores neste período que administremos a nossa cidade, será uma prioridade absoluta, como uma das questões para mudar a a qualidade de ensino no município, dentre outras questões a serem consideradas.

23. Promover a formação inicial e continuada das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação, considerando a especificidade das escolas do campo.

24. Considerar a tecnologia da informação e as novas linguagens de comunicação como auxiliares à formação permanente e a valorização dos educadores. Para isso, investimentos na área de tecnologia da informação serão realizados de acordo com as necessidades das Unidades Educacionais.

25. Readequação do Plano de cargos e salários de acordo com a nova realidade da política educacional.

26. Diagnosticar, permanentemente, os anseios e necessidades de cada setor que atua na Educação, mantendo diálogo permanente com o SINPA, APLB Sindicato, representante dos professores e trabalhadores da Educação.

DEMOCRATIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO.

É nosso compromisso implementar a gestão democrática e a participação popular na educação, com o envolvimento de toda comunidade escolar - professores, funcionários, familiares e

estudantes – na elaboração, implementação e avaliação do projeto político-pedagógico das escolas.

Neste momento o município de Alagoinhas carece muito de um gestor que se submeta aos Conselhos Municipais e por isso nossa diretriz de consolidação dos conselhos.

27. Consolidar os Conselhos Escolares para participar das decisões administrativas e pedagógicas da escola, com participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar. Para que isso efetivamente aconteça, fica garantido investimento na sua formação dos atores dos conselheiros para o efetivo exercício da cidadania.
28. Fortalecer o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Educação e outros conselhos relacionados às políticas educacionais, com representação efetiva da secretaria de Educação Municipal.
29. Assegurar a eleição de diretores de escola de forma democrática com a participação de todos os setores da comunidade escolar.

6 - PROPOSTAS PARA INFRAESTRUTURA URBANA E HABITAÇÃO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DRENAGEM, SANEAMENTO E ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

A melhoria da qualidade de vida na nossa cidade passa pelo combate e redução das desigualdades, em suas diversas dimensões, além da garantia do direito à cidade.

O pleno direito à cidade se dará por meio do acesso à moradia digna com saneamento básico – água encanada, rede de esgoto, coleta de lixo, drenagem das águas pluviais. Acesso a uma mobilidade urbana que priorize o transporte coletivo, o sistema viário seguro e, ainda, que garanta a promoção do acesso equitativo aos equipamentos públicos de cultura, lazer, educação, saúde em todos os bairros da cidade.

Assim como nas demais áreas de governo, aqui também adotaremos medidas para iniciar a transição ecológica em nossa cidade, contribuindo para o controle das mudanças climáticas e a mitigação dos efeitos de eventos extremos, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa e da poluição.

A crise econômica que afeta as receitas municipais agravadas pela extinção dos mecanismos de financiamento federal aos municípios para políticas de saneamento, mobilidade urbana e habitação para baixa renda, com a extinção do Programa Minha Casa Minha Vida, colocam dificuldades para uma atuação mais ampla.

Neste cenário desafiador nossos compromissos para o desenvolvimento urbano se consolidarão por meio das diretrizes e propostas:

1. Criação, fortalecimento ou consolidação na Administração Pública, de instrumentos para acompanhamento, regulação e participação no desenvolvimento das ações e serviços públicos de saneamento básico, bem como na execução dos contratos com as companhias estaduais ou com as empresas privadas, para o cumprimento dos investimentos planejados e dos compromissos de expansão dos serviços.
2. Criação, fortalecimento ou consolidação dos instrumentos de participação e controle social, como, por exemplo, conselhos municipais de saneamento básico, da cidade, de desenvolvimento urbano, de meio ambiente ou de saúde, pautando com relevância os assuntos de saneamento básico nessas instâncias públicas.
3. Criação ou fortalecimento de fundo municipal de saneamento básico, articulado ao Conselho, de modo a garantir a complementação de recursos estaduais ou federais e a permanência dos projetos de saneamento básico e de urbanização de favelas.
4. Criação de mecanismos que garantam a acessibilidade financeira compatível com a capacidade de pagamento das tarifas pela população de seu município, indistintamente de sua condição social.
5. Utilização de tecnologias apropriadas, inclusive tecnologias sociais, para garantir o atendimento em saneamento básico às áreas com infraestrutura mais precária: áreas rurais (povos do campo, da floresta e das águas), favelas, ocupações espontâneas, morros e vilas.
6. Criação de mecanismos para avaliar o desempenho do atendimento em abastecimento de água e esgotamento sanitário mediante a melhoria na qualidade dos corpos d'água da cidade e do município e em critérios epidemiológicos.

7. Estruturação de uma política adequada de segurança hídrica que vise a proteção dos mananciais, a adoção de soluções baseadas na natureza, de reuso, do combate ao consumo perdulário e da redução de perdas de água.
8. Integração do saneamento básico (água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem) ao planejamento participativo com as políticas públicas de desenvolvimento urbano e rural, habitação, meio ambiente e saúde.
9. Adoção de procedimentos que garantam o fornecimento diário de um volume mínimo de água a todos os usuários residenciais em situação de inadimplência motivada pela incapacidade de pagamento, suficiente para as atividades de higiene necessárias à prevenção dos riscos e à promoção da saúde.
10. Adoção de critérios para atender aos inscritos no CADÚNICO e aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) com a cobrança de tarifa social pela prestação de serviços públicos de saneamento básico.
11. Adoção de medidas de mitigação e/ou adaptação ao enfrentamento às mudanças climáticas.
12. Transferir a atribuição da SEMAG de manutenção e construção de estradas do Governo atual, para a secretaria Secretaria Municipal de Infraestrutura, titular do serviço dos serviços de infraestrutura, evitando à retirada de recursos orçamentários de apoio a agricultura familiar;
13. Tratar os assentamentos precários, as áreas periféricas ou as áreas com esvaziamento econômico e/ou populacional, com políticas públicas articuladas a investimentos em infraestrutura, melhoria dos espaços públicos e incentivos para instalação de atividades de geração de emprego e renda, contribuindo para constituir uma cidade policêntrica.
14. Garantir as funções sociais da propriedade e da cidade por meio da aplicação dos instrumentos do Estatuto das Cidades, em especial das Zonas Especiais de Interesse Social

(ZEIS), possibilitando a construção de habitação de interesse social nas áreas consolidadas, o IPTU progressivo e a edificação compulsória para refrear a especulação imobiliária.

15. Estabelecer um processo de revisão do Plano Diretor, com leitura participativa do território urbano e rural, que permitirá a discussão dos principais problemas, conflitos e potencialidades, estabelecendo metas de médio e longo.

RESÍDUOS SÓLIDOS

16. Equacionar o processo de coleta, destinação e tratamento de resíduos sólidos, incluindo os materiais recicláveis, tendo como alternativa a construção de um consórcio intermunicipal. O aterro sanitário de Alagoinhas está sendo operado fora das especificações técnicas neste momento. Estabeleceremos parceria com a secretaria de desenvolvimento urbano do Estado, para a resolução deste grave problema.
17. Implantar a coleta seletiva de lixo, incluindo as cooperativas de catadores de materiais recicláveis ao sistema e desenvolvendo programas de educação ambiental para incentivo ao consumo responsável, a redução da geração de resíduos, o aumento da reciclagem e da compostagem residencial.
18. Revisar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), com o máximo de envolvimento das comunidades, dos catadores e demais atores da cadeia de resíduos sólidos: produtores, comerciantes, distribuidores, importadores, prestadores de serviço público ou privado de manejo de resíduos sólidos e consumidores.

DRENAGEM

19. Criar legislação que induza o aumento da permeabilidade do solo e a proteção de áreas sujeitas às inundações.
20. Elaborar Plano de Drenagem, visando identificar os pontos de alagamento ou inundação, para priorizar soluções e

implantar controle e monitoramento desses eventos indispensáveis para a realidade de Alagoinhas.

21. Pavimentar e qualificar vias urbanas, considerando os sistemas de drenagem de águas pluviais, redes de água e esgoto e calçadas permeáveis.

7 - PROPOSTAS POLITICAS PUBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Quem vive no município têm direito a um desenvolvimento urbano e rural socialmente equilibrado, ambientalmente sustentável e com melhor qualidade de vida.

A transição ecológica no meio rural se expressa na adoção da agroecologia, tendo como objetivo a produção de alimentos saudáveis, com redução gradativa do uso de agrotóxicos. O estímulo ao cooperativismo, o apoio técnico à agricultura familiar e as compras

de produtos pelo poder público são fundamentais para um desenvolvimento socioeconômico inclusivo no campo.

1. Pela importância territorial de Alagoinhas, o município celebrará convênios com a Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR, do Governo do Estado da Bahia, no sentido de viabilizar a relação de incentivos para estímulo a comercialização dos produtos da agricultura familiar do território em nossa central de abastecimento;
2. Significativo percentual de nossa população rural vive da produção de vegetais e animais produzidos pela Agricultura Familiar, assim, priorizaremos o incentivo à produção nas comunidades rurais de Alagoinhas, notadamente no entorno de Boa União, Riacho da Guia, Estevão, dentro das possibilidades orçamentárias do município, bem como das captações das instituições bancárias e de fomento à produção básica e de economia solidária.
3. A SEMAG construirá uma Programa de Capacitação e Qualificação das Associações, ONG,s, Cooperativas e Fundações, para estarem aptas a participarem de chamadas públicas das várias áreas da administração municipal, estadual e federal para na execução de projetos para as comunidades rurais e comunidades periféricas;
4. A SEMAG em parceria com a SDR desenvolverá o convenio para atender com ATER as famílias da Agricultura Familiar de Alagoinhas;
5. A SEMAG estabeleceu convênios de parcerias com IF Baiano, UNEB, UFRB, EMBRAPA, Empresas privadas e outras instituições sediadas no município para atendimento da Agricultura Familiar nas várias áreas de interesse: sementes e cultivares, produção, beneficiamento, processo de industrialização de produtos etc.
6. Reformar a central de abastecimento de Alagoinhas, para atender aos seguimentos dos agricultores familiares, que são produtores, comerciantes, e compradores que são varejistas.

Faremos a reforma atendendo a legislação vigente no tocante à saúde pública na comercialização de alimentos.

7. Na central de abastecimento da cidade, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR destinaremos um espaço para a comercialização de agricultores familiares, com espaço para alimentação e para atividades culturais e artísticas;
8. A Economia solidaria terá garantia de estruturação para comercialização como fonte de renda de seus membros, devidamente inscritos nas entidades da área, na central de abastecimento da cidade, bem como, nas feiras livres já cadastradas no município de Alagoinhas;
9. A SEMAG fará diagnóstico de toda a produção da agricultura familiar do município de Alagoinhas, para viabilizar apoio na produção, beneficiamento e comercialização desses produtos, com parceiros estratégicos, como Banco do Nordeste, Desenbahia, Banco do Brasil.
10. A SEMAG desenvolverá Programa Educacional jurídico administrativo de fortalecimento das Associações, Cooperativas, ONG's, sobre a importância organizativa do setor agropecuário do município para atender e ser beneficiado por Programas Municipais, Estadual e Federal, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação – PNAE, Bahia Produtiva e outros.
11. Cadastrar o município no SIATER e formação de uma equipe técnica, visando o desenvolvimento da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER municipal e ou em parceria com a SDR;
12. Avançar na gestão técnica e administrativa dos mercados institucionais (PNAE, PAA) e Feiras Setoriais (expandir para os Bairros);
13. A SEMAG desenvolverá um diagnostico para a verificação do numero de propriedades de agricultores familiares sem documentação da terra para junto à Coordenação de

Desenvolvimento Agrário para implementar gestões de titularização dessas propriedades. Os últimos títulos entregues datam de 13 anos atrás.

14. A SEMAG desenvolvera atividades na pecuária de leite e de corte, suinocultura, avicultura culturas desenvolvidas no município que necessitam do acompanhamento técnico e administrativo da Prefeitura Municipal;
15. Criar em conjunto com Secretaria de Desenvolvimento Econômico a Superintendência Municipal da Central de Abastecimento de Alagoinhas, em função da complexidade de gerir o espaço público, bem como em função da envergadura de negócios ali realizados semanalmente, com muitos negociantes, feirantes, compradores, etc.

DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO COM SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

16. Estimular a agricultura familiar com princípios agroecológicos, que garantam a manutenção de variedades e cultivos locais, práticas tradicionais de manejo e desenvolvimento rural sustentável; com redução do uso de agrotóxicos. Especialmente aos produtores de folhosas do município de Alagoinhas
17. Ampliar os espaços e as condições de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar e dos agroextrativistas para o abastecimento alimentar da população, aquisições para a alimentação escolar pelo governo municipal e ampliação dos pontos de vendas de produtos em mercados municipais, central de abastecimento e em bairros da periferia (feiras, sacolões, varejões e outros)
18. Investir em infraestrutura e logística necessárias ao escoamento da produção alimentar e o acesso ao mercado consumidor.
19. Reservar áreas urbanas e periurbanas ociosas para a agricultura urbana, com a produção de alimentos, mudas de espécies florestais e

- medicinais, priorizando a geração de renda e a distribuição de alimentos para a população em risco social.
20. Estabelecer limites à monoculturas em áreas destinadas à produção diversificada de alimentos ou monoculturas predatórias aos recursos naturais e ao meio ambiente.
 21. Criar mecanismos de fiscalização local nos marcos do código florestal. Exigir das reflorestadoras que atua no município, compensação social para atender as mais de 70 comunidades rurais de Alagoinhas, na produção de alimentos básicos tradicionais do município.
 22. Fortalecer o modelo de uso dos recursos naturais desenvolvido nas reservas extrativistas, pela pequena agricultura, pelas populações tradicionais, protegendo os meios de vida e a cultura dessas populações.
 23. Estabelecer o pagamento por serviços ambientais a pequenos produtores rurais pela preservação de nascentes ou às famílias extremamente pobres que vivem em áreas de reservas extrativistas ou em áreas de conservação ambiental e que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, assentamentos ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária, territórios ocupados por comunidades tradicionais, quilombolas, extrativistas ou outras áreas rurais.
 24. Implantar o Sistema de Inspeção Municipal – SIM, para dar segurança alimentar e abrir mercado para os produtores da agricultura familiar.
 25. Estabelecer parceria com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, da Secretaria de Desenvolvimento Rural, para atender as comunidades quilombolas e comunidades tradicionais nas políticas públicas afins.
 26. Habilitação do município para os Programas Estadual e Federal de apoio a agricultura Familiar, como Garantia Safra,

27. A SEMAG desenvolverá Programa de beneficiamento dos produtos da mandioca, como farinha, biscoitos, beijus secos e molhados, bolacha de goma, para a geração de renda verticalizada nas comunidades tradicionalmente produtoras da cultura: Ponto de Beiju, Buracica, Catuzinho, Buri, Boa União e comunidades adjacentes.

LUTA PELA PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DOMÉSTICOS

28. Rever o convênio da prefeitura com a Fundação anjos de Quatro Patas, para atualizá-lo em função da crescente demanda de atendimento aos animais. Criação do Programa Municipal adote um cão.
29. Parceria da PMA com apoio publicitário através da SECOM para campanha de arrecadação de fundos em favor da construção da nova sede da Fundação de abrigos para cães em Alagoinhas;
30. Criar um Programa de castração de animais de estimação, como forma de controlar o crescimento desproporcional da população de animais sem o devido apadrinhamento, através da contratação de clínicas veterinárias da cidade;
31. Realizar conferência municipal para debater e promover a conscientização com o tema direitos dos animais para a promoção de políticas públicas, que cadastre controle, assista, e promova o controle efetivo de zoonoses no município de Alagoinhas, bem como, promova o bem estar dos animais;
32. Estimular os grupos de protetores de animais com aplicação de políticas publicas, inclusive no debate para a implantação do hospital veterinário, em parceria com a iniciativa privada, bem como, reservar espaço específico de cemitério público para animais domésticos.

8 - PROPOSTAS DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DIREITOS DOS IDOSOS, DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, DIREITOS LGBTQIA+.

A execução de políticas sociais é essencial para diminuir os efeitos das desigualdades estruturais e para melhorar a vida das pessoas, especialmente as mais vulneráveis. Nosso Programa de Governo propõe integrar políticas e ações para enfrentar a miséria e as desigualdades, além de assegurar e a ampliação dos direitos sociais de forma universal.

PROTEÇÃO SOCIAL

Entendemos que as políticas públicas devem ser compreendidas como direitos constitucionais para os cidadãos, não como benemerência, nem mesmo a assistência social, a qual, frequentemente é tratada com essa visão. Por isso, vamos:

1. Consolidar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), fortalecendo os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado em Assistência

Social (CREAS), e o Centro de Referência de Atendimento à Mulher;

2. Ampliar e qualificar a rede de proteção social e prevenção aos segmentos vulneráveis - baixa renda, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e população em situação de rua; articulando esses serviços em rede, integrando outras políticas públicas de forma intersetorial, como saúde e educação;
3. Criar mais duas unidades do CRAS, distribuídas entre zona urbana e zona rural; de modo a dar acesso aos direitos básicos assistenciais a população;
4. Criar unidade do Centro POP para acolher pessoas em situação de rua.

No que se refere à Política Municipal de Assistência Social, as gestões do Partido dos Trabalhadores muito contribuíram com o fortalecimento e criação de equipamentos da rede de proteção social; onde as unidades do CRAS em Nova Brasília e Boa União, e do CREAS foram implantadas ouvindo a população e os organismos sociais nesse processo dialógico.

Atualmente, com vigência da PEC de congelamento dos investimentos públicos na assistência social e os efeitos da pandemia da COVID-19, somados, aprofundaram ainda mais a crise econômica que já afetava o país. E com a redução e o fim do auxílio emergencial provocará a perda da única renda de milhões de famílias no país e terá impacto alarmante em nosso município.

No nosso governo, vamos assegurar condições de sobrevivência as essas famílias, seja com ações de segurança alimentar, seja com a articulação das diversas políticas públicas municipais capazes de cuidar das pessoas mais vulneráveis. Daremos atenção especial às ações que favoreçam a inclusão produtiva de famílias em situação de vulnerabilidade.

SEGURANÇA ALIMENTAR

Com o agravamento da crise econômica a fome voltará a atingir um contingente bastante grande de famílias. Por essa razão, nosso governo desenvolverá ações de segurança alimentar para minimizar esse efeito.

4. Reelaborar a estrutura de funcionamento Restaurante Popular para ampliar a sua capacidade no atendimento diário assegurando o atendimento de refeições saudáveis para a população alagoinhense mais vulnerável.

5. Construir rede de apoio para cooperativas de agricultura familiar já existente e estimular a fundação de novas cooperativas, bem como, adquirir a produção orgânica da agricultura familiar para a merenda escolar e para distribuição às famílias vulneráveis em programa específico para esta finalidade.

6. Criar o Banco de Alimentos, estimulando a parceria com o setor privado na captação de alimentos, para baratear o valor da refeição do restaurante popular criando programa de redistribuição para as populações vulneráveis.

7. Incentivar junto com a SEMAG a criação de hortas comunitárias, inclusive em terras públicas, com o objetivo de realizar geração de renda para os cidadãos em vulnerabilidade social, num processo de educação alimentar e social.

8. Fomentar atividades de educação alimentar e nutricional, promovendo campanhas de combate ao desperdício alimentar e de prevenção à obesidade, em todos os programas promovidos pela prefeitura de Alagoinhas, nas ações de saúde;

POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Estabelecer políticas específicas para as crianças e adolescentes, orientadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente voltadas à

erradicação do trabalho infantil, ao combate à violência e opressão contra crianças e adolescentes, em particular a exploração e o abuso sexual.

9. Consolidar a rede intersetorial de proteção e prevenção, com atendimento especializado para as vítimas de violência.

10. Criar o observatório da criança e do adolescente, vinculado ao conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente a fim de que se observe e execute ações fundamentadas nos dispositivos legais e cumpram-se assim as seguintes medidas recomendadas para erradicação do trabalho infantil no município de alagoinhas: Ações ou medidas de busca ativa de Crianças e Adolescentes fora da escola; Ações ou medidas para a diminuição da evasão escolar; Comissão para Promoção do direito de Crianças e Adolescentes à convivência familiar e comunitária; Comitê para o Enfrentamento à Violência sexual contra Crianças e Adolescentes; fortalecimento das ações Conselho de direitos da criança e do adolescente; Conselho tutelar, Legislação que institua Plano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Fundos de direitos da criança e do adolescente; Ações e Programas de Enfrentamento e erradicação do Trabalho Infantil; Ações e Programas de promoção de lazer para Crianças e Adolescentes; Ações e Programas de promoção dos direitos das Crianças e Adolescentes.

11. Fortalecer o serviço de abordagem social de crianças e adolescentes em situação de rua e trabalho infantil, com criação de equipe específica a essa finalidade.

11. Estimular vínculos de convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes em territórios de alta vulnerabilidade social.

12. Fortalecer os Conselhos Tutelares. Com um novo espaço que garanta condições dignas de trabalho e atendimento aos usuários deste órgão; criação de equipe multidisciplinar interna com psicólogo, assistente social e advogado visando assessorar e qualificar o serviço prestado a comunidade.

13. Realizar ações conjuntas entre equipamentos da assistência social, de modo a localizar e identificar situações de violação de direitos, bem como inserir esses indivíduos nos programas de suporte psicossocial, com apoio, proteção e orientação a família.

POLÍTICAS PARA IDOSOS

Promover ações que valorizem o idoso e sensibilizem as famílias e a sociedade quanto às suas necessidades e direitos, visando à promoção do envelhecimento ativo e saudável.

14. Fortalecer as atividades socioeducativas e outras ações voltadas ao convívio familiar e comunitário.

15. Criar um programa de formação digital, e oferecer nas comunidades para os idosos ampliando o acesso às novas tecnologias.

16. Desenvolver ações que qualifiquem as instituições de longa permanência e de formação dos profissionais que cuidam de idosos.

POLÍTICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

17. Ampliar o acesso das pessoas com deficiência às políticas públicas, garantindo a inclusão e o exercício de seus direitos.

18. Articular e propiciar a inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência nas diversas políticas públicas e privadas e o direito de usufruir de todos os bens públicos da cidade.

19. Fomentar programas que fortaleçam o convívio familiar e comunitário.

20. Ampliar o acesso às novas tecnologias e a capacitações que ampliem as oportunidades de emprego e renda.

21. Desenvolver ações que qualifiquem as instituições e formação dos profissionais que cuidam de pessoas com deficiência.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

22. O governo do PT irá fortalecer a rede de proteção social às pessoas em situação de rua.

23. Criar o Centro POP; em que aprimoraremos o SEAS – Serviço Especializado em Abordagem Social e criaremos o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Atualmente a oferta do serviço é feita pelo SEAS que conta com efetivo reduzido para atender essa população, com uma única abordagem noturna semanal.

24. Realizar censo da população em situação de rua na cidade para caracterizar esse público e auxiliar no processo de levantamento dos dados estatísticos, bem como na implantação de um programa municipal que vise o fortalecimento das políticas públicas existentes.

25. Criar Casas de Acolhimento Permanentes com acessibilidade para mulheres e para homens, com oferta de alimentação digna e adequada, com acesso aos serviços de saúde, distribuição de kit de higiene e garantia de pernoite em uma unidade com segurança.

26. Assegurar atendimento e atividades direcionadas ao desenvolvimento de sociabilidades, com fomento a qualificação profissional, a fim de proporcionar a reinserção comunitária e familiar, sua autonomia e conduzir o processo de reconstrução de um projeto de vida a essas pessoas, que inclua moradia coletiva com outras pessoas egressas dessa situação.

POPULAÇÃO LGBTQIA+

27. Aplicar a Política Nacional de Assistência Social possui papel fundamental para a garantia e a promoção de direitos para população LGBT, com a perspectiva da equidade e da diversidade no desenvolvimento das ações, programas, benefícios, serviços e projetos do Sistema Único de Assistência Social para isso é necessário a elaboração de diagnóstico e fortalecimento e apoio às ações da

comunidade LGBTQIA+ na implementação e implantação de ações de apoio jurídico, – Promover instrumentos de denúncia e incentivo ao registro de boletim de ocorrências de toda e qualquer atitude de violência – física e/ou psicológica- e discriminação à população LGBT;

28. Criar de repúblicas e casa de apoio, além de é buscar a incorporação dos campos de nome social, identidade de gênero e orientação sexual, que visam garantir visibilidade às questões particulares desse segmento no atendimento socialmente adequado realizado pela rede socioassistencial.

29. Elaborar e distribuir material de divulgação dos direitos e serviços públicos disponíveis para a comunidade LGBT, bem como mecanismos de denúncias de homofobia, lesbofobia e transfobia.

30. Garantir a inclusão, respeito e permanência dessa população nas escolas com formação continuada dos profissionais que atuam na área, desde a portaria até a sala de aula; permitindo a adoção do nome social.

31. Promover a saúde integral da população LGBTQI+, inclusive saúde mental, com prevenção ao suicídio, sobretudo à juventude.

32. Adotar programas de qualificação profissional e geração de emprego e renda para fazer frente à discriminação.

33. Criar espaços para acolher a população LGBTQI+ expulsa de casa pelas famílias ou vítimas de violência e discriminação.

9 - PORPOSTAS PLOITICAS PUBLICAS, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ALAGOINHAS.

Cumpriremos o papel de ser o motor do desenvolvimento local, mesmo nas circunstâncias desfavoráveis provocadas pela crise econômica e pelas medidas neoliberais adotadas pelo governo federal. Neste sentido dialogaremos permanentemente com as forças empresarias da cidade, como forma de estabelecer as parcerias indispensáveis no atendimento das necessidades de nosso povo. Nosso foco será a necessidade de gerar emprego e renda para a população afetada pela crise, que sofre ainda mais com a pandemia do COVID-19.

1. Formular uma estratégia de desenvolvimento para nossa cidade, buscando promover o crescimento dos setores econômicos, inclusive àqueles baseados na economia solidária, com o objetivo de gerar empregos e renda; tendo também como perspectiva incentivar a transição ecológica. Vale lembrar, a transição ecológica é uma estratégia para alcançar uma nova forma de produção com baixo impacto ambiental e alto valor agregado, valendo-se, para isso, de tecnologias modernas, flexíveis e inteligentes, assegurando a saúde do planeta, superando a crise climática e protegendo os biomas. Isso vale para o nosso polo cervejeiro de Alagoinhas.
2. Reformular o Conselho de Desenvolvimento Econômico com a participação dos diversos setores empresariais, das cooperativas e empreendimentos da economia solidária; dos sindicatos de trabalhadores, das universidades e da sociedade civil organizada.
3. Buscar a consolidação, fortalecimento e desenvolvimento das principais cadeias econômicas da cidade e elaborar programas específicos para cada uma, buscando a atração permanente de empreendimentos para Alagoinhas.

4. Atualizar o conhecimento da produção mineral de Alagoinhas, como fonte de atração de investimentos pela riqueza de nosso subsolo em areia, argilas especiais e outros produtos e água, como já conhecido da população.
5. Consolidar definitivamente o nosso potencial para a expansão do polo de bebidas, em função da parceria constante com o Governo do Estado da Bahia, que nos premiou com mais uma cervejaria em Alagoinhas. Ainda temos um grande espaço para as indústrias de águas minerais e refrigerantes se instalem em Alagoinhas.
6. A decisão de uma empresa se instalar num município depende também da qualidade da infraestrutura, ou seja, da existência de energia, água, Internet, entre outros fatores. Assim, a estratégia de desenvolvimento construída apontará quais serão os investimentos necessários para dar consequência às iniciativas de atração de novas empresas.
7. Criar um distrito industrial para o setor petróleo, para oferecer infraestrutura para as empresas que aqui se instalem, considerando a localização geográfica de Alagoinhas, e os campos de petróleo em Buracica - Alagoinhas, Entre Rios, Araçás, Esplanada, cardeal da Silva, Catu. Com o desmonte da Petrobras, promovida pelo governo federal, as empresas privadas operarão os campos produtivos em nosso território, oportunidade única de geração de renda e trabalho para nosso município.
8. Revitalizar a cooperativa de catadores e recicladores de Alagoinhas - CORAL, e estimular novas cooperativas, incentivando a geração de renda para 100 famílias, promovendo decisivamente na educação ambiental da população e contribuindo para a sustentabilidade ambiental no tratamento adequando dos resíduos sólidos, na implantação da coleta seletiva em toda a cidade, para enfrentar um dos

grandes problemas da humanidade, resultante de toda atividades humana;

9. Atrair empresas para a reciclagem de resíduos sólidos das indústrias, do comércio de Alagoinhas e do território, para atender a Política Nacional de Resíduos Sólidos PNRS (Lei 12.305/2010), e pela estrutura já instalada em Alagoinhas de indústrias.
10. Estruturar uma rede de micros e pequenos negócios no município, com cooperativas, ONGs, Associações, geradores de renda, especialmente para os pequenos negócios da periferia da cidade.
11. Desenvolver novas vocações econômicas, tais como turismo, cultura, gastronomia, pelo potencial que temos de história da nossa população na área urbana e rural.
12. Construir uma rede de universidade em Alagoinhas no processo do desenvolvimento territorial, considerando as potencialidades neste espaço geográfico, de energia, de água, de solo, de serviços e de conhecimento.
13. Diagnosticar e implantar intersetorialmente com a SEMAD, programa de revitalização da citricultura e da cocoicultura de Alagoinhas, muito conhecido da Bahia pelas laranjas e cocos de qualidade produzidos. Organizar a estruturação de comercialização com cooperativas local e do território a produção em escala dos produtos.
14. Estimular o uso de energias renováveis, gás, solar, eólica, com polos de produção, buscando as parcerias de empresas na utilização dessas tecnologias e trazendo movimentação para a economia local. Distribuir as energias para as escolas, postos de saúde, prédios públicos, utilizando energia renovável, mais barata viabilizando economicamente o estado municipal. Transformar a energia como utilização para a produção e para a economia.

15. Lutar pela implantação da Universidade Federal do Litoral Norte, fonte inesgotável de movimentação financeira para o Território Litoral Norte da Bahia. Temos municípios desde o sertão ao litoral, com muitas necessidades de produção de ciência. Sem universidades e o conhecimento, não teremos Desenvolvimento.

APOIO ÀS EMPRESAS E À ECONOMIA POPULAR

16. Criar Balcão Único de atendimento eficiente às empresas especialmente as micro e pequenas empresas para o enfreteamento na pandemia e pós-pandemia do COVID19 em 2021, face as muitas dificuldades que os comerciantes sofrerão especialmente os da periferia do município.
17. Instituir grupos de sinergia juntos as forças empresariais de Alagoinhas: ACIA, SINCOMÉRCIO, CDL e SEBRAE dos segmentos empresariais para identificar problemas a enfrentar e potencialidades a desenvolver, com a Prefeitura liderando a busca de soluções.
18. Disseminar informação qualificada sobre como acessar crédito facilitado, como modernizar as empresas, entre outras, constituindo redes com o SEBRAE e as Universidades sediadas em Alagoinhas.
19. Incentivar o associativismo e outras formas de organização para produção, especialmente na aquisição de insumos, bem como comercialização de seus produtos. Apostar na Central de Mercados e congêneres na periferia da cidade.
20. Articular iniciativas de finanças solidárias, por meio dos bancos comunitários, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito.
21. Criar o Banco de Oferta de Serviços para facilitar a intermediação entre ofertantes e demandantes, atendendo

- empresários, trabalhadores autônomos, associações e cooperativas.
22. Instituir programa para construir estratégias para aumentar o valor agregado da produção, considerando os médios e grandes produtores rurais do município de Alagoinhas, de carne, leite, citros, suinocultura, etc.
 23. Ampliar os espaços e as condições de oferta dos produtos oriundos da agricultura familiar e da economia solidária, inclusive ampliando a cobertura das feiras de bairro, considerando a expansão de nossas áreas urbanas.
 24. Incentivar os sistemas agroecológicos de produção, com melhor utilização dos recursos naturais e redução do uso de agrotóxicos em todo o município, a agricultura urbana, periurbana e das áreas rurais.
 25. Compras públicas – tratamento preferencial às micro e pequenas empresas e às iniciativas de economia solidária local, a exemplo da aquisição de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar, ultrapassando os 30% mínimos previsto na lei.
 26. Articular o esforço educacional e de qualificação de recursos humanos, envolvendo todas as redes de ensino de educação e formação profissional, especialmente para os micro e pequenos empreendedores da periferia da cidade e da zona rural de Alagoinhas.
 27. Desenvolver um portfólio do município de Alagoinhas, apresentando suas potencialidades nas várias áreas de produção da cidade: energia de gás natural, jazidas de barro para cerâmica, polo de cervejeiro em função da excelência de nossa água de subsolo, cidade polo de serviços, educação e de saúde instalado, universidades, etc.

10 - PROPOSTAS POLITICAS PUBLICAS PARA AS MULHERES

1. Promover políticas de trabalho, geração de emprego e renda e economia solidária para associações e grupos de mulheres do meio rural, comunidades e povos tradicionais.
2. Ampliar e fortalecer os programas de capacitação para as mulheres do campo.

3. Realizar a Política Municipal de construção de creches para as mulheres trabalhadoras de periferia e negra de Alagoinha, como forma de garantir a empregabilidade das trabalhadoras mães;
4. Exercitar a intersetorialidade da Secretaria Municipal de Acedência Social - SEMAS, Secretaria Municipal de Educação - SEDUC, Secretaria Municipal de Saúde - SAÚDE, nas ações e atividades estratégicas e cotidianas com as mulheres;
5. Construir Programas que integre e desenvolva as redes de proteção com a implantação de centros de referências de apoio para as mulheres, considerando a diversidade da realidade da violência que ocorre cotidianamente;
6. Estabelecer parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, para garantir o pleno funcionamento da Delegacia Especializada da Mulher - DEAM, no atendimento semanal, incluindo, os finais da semana em Alagoinhas;
7. Assegurar assistência ao parto e puerpério da mulher munícipe de Alagoinhas; Assegurar nas redes de assistência à saúde básica a política de Planejamento Familiar; Construir hospital Materno Infantil no município de Alagoinhas;
8. Desenvolver políticas de atendimento nas secretarias municipal com o conceito transversalidade, como as temáticas MULHERES, JUVENTUDE, LGBTQIA+, pela prioridade, em função do contexto de violência e violações legais destes segmentos sociais;
9. Desenvolver na educação programa que debatam com os estudantes a situação emergente da violência de gênero, apresentando a legislação vigente, a exemplo da lei Maria da Penha. Educar as crianças para compreenderem desde a idade mínima a problemática em que as mulheres vivenciam no seu cotidiano;

10. Construir o Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, considerando a realidade de todas as mulheres e suas opções sexuais igualando a mulher urbana e rural;
11. Estimular que as atividades artísticas das mulheres nas culturas sejam valorizadas. Reconhecer as atividades como o samba de roda, mantido pela tradição cultural pelas mulheres e pouco valorizada.
12. Criação no município de Unidades de referência para abrigar as mulheres, nos casos de violência doméstica e nas famílias. Destacar que no primeiro semestre deste ano 2020, foram 32 estupros em Alagoinhas. Muitos são crianças de 5 anos em diante;
13. Criar Lei Municipal para instituir a obrigatoriedade das notificações compulsórias das instituições do serviço Público e Privado, para as autoridades competentes;
14. Criar programa saúde que considere as especificidades da população negra, especialmente as mulheres, a exemplo de: diabetes, anemia falciforme, obesidade, questões de problemas com o parto, etc.;
15. Oportunizar o acesso das mulheres aos exames de mamografia como uma política pública prevenção da saúde das mulheres de maneira massiva para a prevenção do câncer;
16. Priorizar a política de segurança no combate à violência sexual, na cidade e no campo, para dar às mulheres o direito de usufruir a cidade onde reside.
17. Desenvolver o fortalecimento do efetivo funcionamento e do controle social com a participação das mulheres junto aos conselhos municipais.

11 - PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE

1. Resgatar as propostas aprovados pelos delegados eleitos nas conferencias municipais de juventudes nos últimos anos, visando uma sistematização do acúmulo de propostas formuladas, bem como incentivar a realização regular de novas conferências;
2. Elaborar e Implementar um Plano Municipal de Juventudes, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
3. Efetivar o Conselho Municipal da Juventude e transformar a casa da cidadania como a casa dos Conselhos Municipais de Alagoinhas, promovendo a intersectorialidade e transversalidade efetiva de ações das secretarias municipais de Alagoinhas, bem como diminuir os gastos públicos com a centralização de todos os conselhos em um só espaço.
4. Criar a Diretoria de Juventudes, na estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social com orçamento público garantido para ações continuas e com a intersectorialidade;
5. Revitalizar a biblioteca municipal Maria Feijó como proponente de várias ações de políticas públicas, realizações para a juventude: Esportes, cultura, entretenimento, Formação Profissional, Educação. Que a biblioteca tem que ser o espaço da Juventude e estudantes de Alagoinhas.
6. Estimular a participação da juventude nos destinos de Alagoinhas, estimulando o jovem e estudantes a compreenderem os mecanismos de desenvolvimento e oportunidades na educação, cultura, empregabilidade, exercitando as oportunidades;

7. Priorizar as ações para a juventude considerando especialmente que Alagoinhas não atinge os índices básicos do IDEB há 12 anos, exigindo de nossa administração a meta de seguimento dos níveis educacionais da cidade;
8. Estimular a organização de eventos na rede escolar, nos grêmios estudantis, nas ONGs culturais, nas associações de moradores, priorizando a juventude, mulher, negros, lgbs com atividades esportivas, culturais e inclusivas que os credencie para a construção de homens e mulheres com a efetiva participação social;
9. Realizar um levantamento dos equipamentos (academias públicas, espaços de lazer, etc.) e quadras esportivas existentes na cidade para medir a influência sobre os diferentes territórios e desenvolver, junto com o Conselho Municipal das Juventudes e Conselho Municipal de Esporte, políticas de recuperação e manutenção da rede existente, bem como de construção de novos equipamentos e quadras em regiões que ainda não foram beneficiadas, estabelecendo metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva manutenção, construção (ou reforma) desses espaços no município, dando prioridade aos espaços escolares.
10. Estabelecer convênios com as instituições educacionais públicas e privadas localizados no município para garantir um programa de qualificação e aperfeiçoamento profissional para a qualificação das juventudes, levando em consideração as demandas e necessidades de empregabilidades a curto e médio prazo;
11. Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para investir na ampliação dos programas de família acolhedora e repúblicas para jovens como medida alternativa à institucionalização;

12. Estimular a ampliação da lei da aprendizagem (Lei 10.097/2000) no município, bem como instituir lei municipal, para a promoção de áreas de estágio no município.
13. Promover junto com o governo do Estado, Programa educacional e cultural que atenda aos interesses da juventude, considerando o Centro de Cultura, o Ginásio de Esportes e no Estádio Municipal a criação de oportunidades desportivas e culturais que dialoguem prioritariamente com a juventude negra e da periferia de Alagoinhas.
14. Criar consórcio para cooperação técnica com as empresas do polo cervejeiro e afins do município para a implantação de estágios, bem como empregabilidade, debatendo a necessidade de contratação de mulheres para esses empreendimentos.
15. Estabelecer um plano de ação de conscientização e sensibilização social acerca da importância da luta pela educação, cultura, empregabilidade, etc, tendo como alvo a juventude, por entendemos que é urgente a preparação desses jovens para a garantia e defesa permanente das políticas públicas e direitos garantidos;
16. Construir no município de Alagoinhas, um projeto de cidade, que considere a juventude, mulheres, negros e pessoas trans como prioridades na obtenção de pré-requisito para empregabilidade, com atenção especial ao estágio nas empresas grandes, media e pequenas, mediante incentivos municipais para quem participar.
17. Reparar o período histórico de negação da juventude da zona rural ao direito a cidade, do acesso à cultura, esporte e lazer, unicamente em função do horário de funcionamento do transporte dos moradores dessas localidades no retorno para as suas comunidades.
18. Estimular as empresas de lucro real de Alagoinhas, a aplicarem 1% do imposto de renda para o Fundo Municipal da criança e adolescente, como retribuição social aos dividendos

- que auferem no município, para minimizar os problemas sociais da juventude, das mulheres, em especial de negras e negros.
19. Garantir a realização da semana da juventude, prevista em lei no município, para a promoção da cultura, debates, esportes, educação, envolvendo todas as áreas educacionais do setor privado e público, bem como a juventude em geral do município de Alagoinhas, revivendo nossa história de olimpíadas municipais.
 20. Considerar as políticas pública de inclusão da juventude e das mulheres negras da periferia como prioridade em todas as ações de políticas afirmativas das secretarias municipais de Alagoinhas, reconhecendo a segregação histórica sofrida pelos afrodescendentes. Juventude é diversidade, é cultura.
 21. Praticar as políticas afirmativas na periferia da cidade especialmente para as comunidades urbanas e rurais negras, com apoio aos empreendimentos que viabilizem sustentação dessa juventude, já exercitada por entidades da sociedade civil e que precisa ser apoiada pelo poder público local, em algumas iniciativas de projetos com arte e de educação para a sustentabilidade econômica.
 22. Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária da secretária de cultura, esporte, lazer e turismo, para a progressiva ampliação do número de editais públicos com recursos municipais, aplicados de forma regionalizada, com valores pequenos e médios, valorizando grupos culturais já estabelecidos e estimulando a criação de outros grupos, levando sempre em consideração as especificidades das juventudes e suas demandas;

12 - PROPOSTAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REPARAÇÃO RACIAL E COMBATE AO RACISMO

O racismo estrutural presente na sociedade brasileira é inadmissível e precisa ser firmemente combatido. Por essa razão, o governo do PT promoverá políticas transversais de promoção da igualdade racial e de oportunidades, inclusive as voltadas à prevenção da violência contra a juventude negra, com programas que reduzam sua mortalidade e encarceramento.

Tomar ciência das estatísticas que apontam a população negra como a maior população vitimada pela letalidade do Estado, da violência urbana, da exclusão social e do racismo ambiental que a coloca nos espaços mais vulnerável da cidade. Diante disso, propor reação com políticas pública visando reverter tais estatísticas;

1. Estabelecer uma constante interação com órgãos da sociedade como conselho de reparação, conselho de políticas culturais,

- UNEB, IFBA, entidades do movimento negro, objetivando ações de enfrentamento ao racismo estrutural na cidade;
2. Promover ações como palestras, treinamentos de profissionais, no intuito de combater o racismo institucional nos setores da prefeitura;
 3. Pensar uma educação de base de caráter antirracista, preparando os profissionais para construir um currículo escolar que contemple a Lei 10.639/03;
 4. Criar políticas pública para atender as demandas relacionadas à saúde da população negra, equipando as unidades de saúde, principalmente dos bairros periféricos, dando condições atendimento para pessoas acometidas por patologias que mais afetam esse grupo étnico;
 5. Fazer parceria com os coletivos e agentes culturais, principalmente com os que militam no campo de combate ao racismo, de autoafirmação e com os que estão inseridos nos bairros mais distantes do centro, com intuito de promover projetos de arte educação, projetos esportivos, projetos culturais, levando educação social para a juventude de periferia.
 6. Fortalecer as ações de atenção integral à saúde da população negra, com ênfase acerca das especificidades dessa população e das doenças físicas e mentais decorrentes do racismo.
 7. Desenvolver políticas públicas geradoras de oportunidades no mundo do trabalho, por meio da implantação das políticas de cotas e programas de empreendedorismo.
 8. Implementar no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, conforme estabelece a lei
 9. Desenvolver campanhas contra o racismo religioso e pela valorização das religiões de matriz africana, base fundamental da nossa formação sociológica na Bahia.

13 - PROPOSTAS DE SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ

1. Criação do Plano Municipal de Segurança e defesa social e o Fórum Municipal de Segurança e defesa social, buscando a intersectorialidade da estrutura político-administrativa do Município relacionadas à área: Secretaria Municipal de defesa da Mulher; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Assistência Social; Guarda Civil Municipal e Superintendência de Trânsito e demais órgãos e conselhos de defesa social, com os órgãos de segurança pública estadual (Polícia Judiciária, Civil, Técnica e Militar) para articular e integrar Programas e ações conjuntas que visem a redução da criminalidade e manifestações de todo tipo de violências, mobilizando os esforços, bem como recursos oriundos do município e de projetos e fundos estaduais e federais.

2. Realizaremos um amplo diagnóstico da dinâmica da violência e do crime na cidade, ouvindo a PM, a Polícia Civil e representante da sociedade civil de todas as regiões da cidade, que comporão o Fórum.
3. Implementaremos de forma intersetorial nas secretarias municipais dados relevantes para compor esse diagnóstico como, por exemplo, a Notificação Compulsória de Violência da Secretaria da Saúde, que é uma fonte de informação essencial para a política de segurança, em especial, mas não somente, no que se refere à violência doméstica.
4. Estruturaremos as suas ações baseando-se no conceito de Segurança Cidadã, que combina ações preventivas territorializada tanto de caráter policial, especialmente de inteligência, quanto ações social e urbanas, o que permitirá uma atuação sistêmica do município
5. Esse diagnóstico e as informações disponíveis no âmbito do governo cumprirão papel de aperfeiçoar as diretrizes e propostas que temos para tornar nossa cidade mais segura, com a participação da UAMA, UARA, Cooperativas, Associações e Organizações não Governamentais;

Ações de prevenção ao crime e a violência de caráter social e urbano

6. Garantir iluminação pública nos bairros, especialmente mais distantes do centro da cidade, por ser um fator importante para coibir a violência e os crimes;
7. Implementar programação cultural, esportiva e de lazer nas praças e parques e abertura das escolas nos finais de semana com atividades para a comunidade, garantindo alternativas de

entretenimento para todas faixas etárias, mas principalmente aos jovens de maneira geral;

8. Ampliar significativamente o sistema de videomonitoramento para ampliar a sensação de segurança e inibir a violência e o crime. As câmeras serão instaladas nas proximidades das escolas e nas principais vias da cidade. O centro integrado de Monitoramento irá articular a Guarda Municipal, a Polícia Militar da Bahia, a Polícia Civil com os sistemas já em operação.
9. Ampliar a rede de Videomonitoramento público, criando as condições legais e operacionais para a recepção de imagens cedidas por câmeras de condomínios, domicílios e empresas.
10. Fiscalizar as atividades comerciais e de serviços, em torno das quais os crimes são realizados. Adotando medidas para impedir que isso aconteça como, por exemplo, definição de horário de funcionamento de bares, fiscalização de desmanches, entre outros identificados no diagnóstico realizado.

Ações de prevenção ao crime e a violência de caráter policial

11. Implantar a Segurança Escolar com presença de guardas, combinada com ronda veicular preventiva, especialmente na entrada e saída dos alunos, que promovam interação com a comunidade escolar e do seu entorno, nas escolas mais numerosas da cidade.
12. Fiscalização e Orientação do trânsito, desenvolvendo um sistema para identificar das motocicletas que circulam na cidade e que são utilizadas para as ações criminosas em toda a cidade.
13. Implantar Ronda Maria da Penha, visando evitar a violência contra as mulheres, em áreas específicas da cidade onde tenhamos índices de violência.

14. Implantar Programa de Mediação de Conflitos em parceria com o Poder Judiciário com o objetivo de resolver pequenos conflitos, por meio do diálogo, sem judicializar os problemas, após o que o juiz homologa o resultado das mediações.

DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÃO DE AÇÕES INTEGRADAS NO SENTIDO DE:

15. Desenvolver Programa para impedir a violência contra crianças, adolescentes, jovens, mulheres e idosos; contra população negra, comunidade LGBTQIA+, bem como contra todos aqueles que se encontra em situação de vulnerabilidade social e extrema pobreza.
16. Desenvolver ações relativas ao ordenamento, uso e ocupação do espaço urbano, regulamentação e fiscalização de serviços de transportes alternativos, que contribuam a vulnerabilidade da segurança.
17. Apoiar as ações dos conselhos comunitários e municipais de segurança pública, defesa da mulher, defesa do idoso, combate às drogas, conselho da criança e do adolescente, conselho tutelar e outros afins com ações e políticas públicas intersetoriais.
18. Parceria com os órgãos de defesa social, a exemplo do Ministério Público, Polícia Judiciária, Polícia Militar, Poder Judiciário e Câmara Municipal para desenvolvimento de ações conjuntas e Projetos de leis Municipais que viabilizem a manutenção da segurança pública e da paz social.